

[illegible]



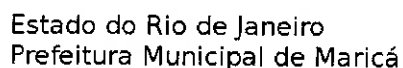
Nº DO PROCESSO	0003796/2024	DATA DE ENTRADA	08/02/2024 10:25:01
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO
RECURSO PE 40

REQUERENTE	
ECO RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
108376-LUCIANA DOS SANTOS SILVA DUARTE--ASSESSOR 3 - AS 3



0003796/2024

08/02/2024 10:25:01

REQUERENTE
ECO RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO
RECURSO PE 40

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo Nº 6311/2021
Pregão Eletrônico 40/2023

PREFEITURA DE MARICÁ
3796/2024
02/02/24
Fis: 03

ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.625.837/0001-30, com sede na Rua José Alvarez, nº 19, Lote 33, Bairro da Luz, Nova Iguaçu - RJ, CEP 26255-560, representada por seu sócio LUIZ CLÁUDIO BABO TORRES, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa, com fundamento nos artigos 109, inciso I, a, da Lei 8.666/93; 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002; Art.11, XVII, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do ato administrativo que declarou a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA (CNPJ: 34.036.212/0001-40), inscrita vencedora do certame pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.
Requer o processamento do presente recurso e, em caso de manutenção da decisão pela autoridade que a proferiu, requer a remessa do presente recurso à autoridade superior, para que proceda o seu julgamento.

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Nº 6311/2021
Pregão Eletrônico 40/2023

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do ilustríssimo senhor pregoeiro e equipe de apoio, a recorrente apresenta as razões pelas quais, no presente caso, demonstram que a decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA (CNPJ: 34.036.212/0001-40) não deve prosperar.

1. TEMPESTIVIDADE

É tempestiva a propositura do presente Recurso Administrativo, pois cumpre o prazo estabelecido. O instrumento convocatório estabelece em seu item 9.5.2, o prazo de 3 (três) dias úteis.

Desse modo, considerando que a sessão para manifestação do recurso foi realizada em 02/02/2024 (Sexta-feira), o prazo para apresentação das razões recursais vai até o dia 07/02/2024 (Quarta-feira), portanto, o presente recurso é tempestivo e merece ser conhecido.

Oportunamente, foi submetido recurso em formato .pdf para o email da CPL, haja vista que o sistema do Comprasnet não permite a inserção de imagens, gráficos e/ou elemento semelhante.

2. SÍNTESE FÁTICA

A empresa ora recorrente ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA participou do processo licitatório em apreço, cujo objeto do edital previa contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 379 de 25 de maio de 2023, para as atividades de supervisor e inspetor de serviços, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e anexos.

Trata-se de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com critério pelo menor valor global.

Iniciada a licitação, realizou-se, no dia 28/12/2023, a sessão pública de abertura de propostas.

Aberta a sessão, a recorrente, restou desclassificada da disputa de lances, apresentando proposta para o objeto, no valor de R\$ 3.668.768,64 (Três milhões, seiscentos e sessenta oito mil e setecentos e sessenta oito reais e sessenta e quatro centavos).

No entanto, como será demonstrado adiante, a empresa recorrida foi desclassificada, conforme chat: "considerando a ausência de resposta, faremos a desclassificação da proposta". E, por consequência, a não adequação de proposta realinhada nos parâmetros exigidos.

Insta evidenciar que a Recorrente solicitou dilação de prazo com fulcro no item 5.33 do instrumento convocatório TEMPESTIVAMENTE, dispositivo este concedido a todas licitantes quando invocado. Motivo pelo qual, firme em suas convicções, a recorrente passar a expor as razões que fundamenta a sua pretensão recursal, nos termos avante.

3. RAZÕES DE DIREITO

3.1 DO CERCEAMENTO AO DIREITO DE DILAÇÃO E DA VIOLAÇÃO DA ISONOMIA

Às 10h04m51s do dia 01/02/2024 o pregoeiro informou em chat o tempo remanescente de 24(vinte e quatro minutos), isto é, até às 10h28m00s para que a ECO RIO Comércio e Serviços Ltda enviasse a sua proposta readequada, conforme conteúdo disponibilizado em ata.

Ocorre que às 10h25m36s, com o prazo ainda VIGENTE (a 3 minutos de encerrar), o pregoeiro DESCLASSIFICOU a ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA sob a alegação de "AUSÊNCIA DE RESPOSTA", sendo que esta recorrente MANIFESTOU o pedido de dilação conforme item 5.33 do instrumento convocatório às 10h21m05s; quando se tinha

ainda 7(sete) minutos para encerrar o 1º prazo.

Conforme pode ser observado na ATA do certame, a narrativa dos fatos acima é cristalina e precisa em sua cronologia (ocorrência dos fatos).

[IMAGEM 1]

IMAGEM 1 – RECORTE DO CHAT DO PREGÃO 40/2023 E ACOSTADO EM ATA (disponível em www.comprasnet.gov.br - acesso em 07/02/2024)

ATA DE MARCA
3756/2024
Início 08/02/24
Fim 09

3.2 DA SOLICITAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL SOBRE O MÓDULO 4 DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS

De forma exordial, o edital de licitação tem força de lei entre a administração pública e os participantes, e não é possível fazer novas exigências a não ser as previamente admitidas. Assim estabelece o artigo 41 da Lei 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Após o primeiro envio da proposta readequada conforme etapa de lances, o Pregoeiro solicitou a RETIFICAÇÃO DO MÓDULO 4, in verbis:

"Retificar o módulo 4 da planilha de custos. Conforme planilha anexa ao edital e modelo encaminhado para as empresas, a base de cálculo correta para esse módulo é "Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3" e não somente a remuneração;"

Irresignada com a solicitação acima, a recorrente SOLICITOU através do chat, campo específico para tal finalidade, a fundamentação legal para a incidência dos módulos 1, 2 e 3 em todo o módulo 4, haja vista desconhecer a metodologia informada pelo pregoeiro e por não haver nenhuma menção no instrumento convocatório.

Eis, portanto, os argumentos trazidos pelo pregoeiro que não configuram sequer fundamentações legais:

- 1) "a sua empresa poderia, durante a elaboração da mesma, realizar a análise comparativa com a planilha preenchida anexa ao edital e em caso de divergências, solicitar maiores esclarecimentos."
- 2) "acabamos de verificar que o modelo de planilha de custos está disponível para download no portal da transparência, com todas as fórmulas aplicadas."
- 3) "Conforme mencionado e demonstrado anteriormente nos resultados das análises já apresentados nas sessões passadas, não existem determinações e documentos taxativos, mas sim boas práticas a respeito do preenchimento da planilha de custos e formação de preços."
- 4) "Temos o conhecimento, adquirido através de diversos cursos de capacitação e de pesquisas em fóruns de discussão sobre o tema realizadas por esta comissão, de que existem diversas metodologias aceitas para alguns dos percentuais e pelo menos 3 metodologias de cálculo para a base (BCCPA) do submódulo 4.1 (utilizando somente o módulo 1, a fórmula mód 1 + mód 2 (exceto 2.3) + mód 3 ou a fórmula mód 1 + mód 2 + mód 3)."
- 5) "Tendo em vista que o substituto tem direito a todos os encargos estabelecidos nos módulos anteriores, entendemos ser mais coerente e aplicamos a metodologia que utiliza os mesmos como base."
- 6) "E ainda, nesse sentido, é de suma importância considerar a discricionariedade da administração acerca de determinados temas no que tange a estabelecer critérios que garantam a segurança na execução do serviço."

Observadas as respostas acima, todas ausentes de fundamentação legal, esta recorrente apresenta o que é dever e saber de todo agente público:

"Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

(Revogado)

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 05/05/1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação." (GRIFO NOSSO)

Sob a ótica de que poderia a licitante comparar planilhas, a mesma não prospera, pois não há indicação específica ou peculiar do método, assim como não há disposição clara e parâmetros objetivos. Importante destacar que apenas a regra dos 8,33% referente ao Custo de Reposição de Férias no subitem 4.1 atendeu aos critérios dispostos na lei. Portanto, se há critério definido pelo Município, que o mesmo esteja especificado ou indicado vide sua PECULIARIDADE. Em suma, cumpre esclarecer que esta recorrente atua em conformidade com as exigências fixadas no Edital, o que não se confunde com proatividade, cujo comportamento é visto como diferencial subjetivo.

Sob tal ponto de vista, de que a planilha modelo consta no Portal de Transparência do Município, lamentamos informar, mas a Planilha modelo em formato excel não consta no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). Há portanto publicidade seletiva, conveniente e frágil, já que não há o mesmo padrão de publicidade do instrumento convocatório nos Portais Oficiais de Governo. Imperioso reiterar que o modelo serve APENAS para fins de PADRONIZAÇÃO DO ITEM, JAMAIS OS CUSTOS INSERIDOS que são próprios de cada licitante.

[IMAGEM 2]

IMAGEM 2 - RELATÓRIO DE DOWNLOAD DISPONIBILIZADO PELO COMPRANET (disponível em www.comprasnet.gov.br - acesso em 07/02/2024)

Sob a argumentação de que diversos cursos realizados proporcionaram capacitação pra temática e que há 3(três) metodologias, não deve prosperar, pois não há dispositivo legal que aponte para tal direção. O princípio basilar do direito administrativo é o princípio da legalidade, que vincula a administração às leis existentes e a submete ao controle jurisdicional para exame da observância das leis no exercício da sua competência. Conforme Maurer (2006, 140), "a vinculação do direito torna as autoridades administrativas órgãos efetuidores da lei, e, com isso aplicadores do direito."

Acerca da discricionariedade da administração, faz-se necessário reiterar que a discricionariedade da Administração Pública nas licitações verifica-se essencialmente na fase interna da licitação, quando da elaboração do edital, pois, após a publicação deste, a conduta da Administração fica limitada pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ou seja, está vinculada às normas e às condições do edital.

Ademais, um dos primeiros momentos em que se observa a discricionariedade administrativa na fase interna da licitação é quando a Administração define a modalidade e o tipo de licitação. Outro momento importante na elaboração do edital é talvez aquele no qual a Administração mais se utiliza do seu poder discricionário corresponde à etapa de estabelecimento dos critérios de habilitação. Jamais confundir com o julgamento da habilitação.

Ainda sob a alegação de que o substituto tem direito a todos os encargos estabelecidos nos módulos 1, 2 e 3, não é de difícil entendimento, por exemplo, que os benefícios mensais (Módulo 2) já são computados para o exercício de 12(doze) meses, tanto para o primeiro ano de contrato e suas sucessivas renovações nos limites da lei. Portanto, não restam dúvidas que o titular em férias não recebe Vale Transporte e Vale Refeição, sendo estes custos, já previstos, repassados ao profissional de reposição. Ainda assim, não é de responsabilidade da Contratante os custos com rescisão do profissional que realiza a cobertura de Férias. Seria o mesmo que dizer que os Repositores são parte integrante do dimensionamento de postos a serem efetivamente contratados - e não são! Totalmente contrário a este entendimento, sugere, portanto, o pregoeiro que as licitantes ofereçam custos "dobrados", cuja prática configura matematicamente o bis in idem.

4. DOS PEDIDOS

Diante dos fatos narrados e nas razões de direito expendidas, a Recorrente requer ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro:

- a) Seja recebido o presente recurso;
- b) O Sr.Pregoeiro reconsidere sua decisão reformando a decisão que declarou a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA vencedora do certame;
- c) Seja apresentado pelo Sr.Pregoeiro a fundamentação legal sobre o método de cálculo do módulo 4, além de demonstrar onde consta a regra no instrumento convocatório, conforme art. 40, VII e XVII da Lei 8666/93 para verificação da veracidade das informações contábeis escrituradas pela Recorrida;
- d) Seja reconsiderada a decisão de ausência de manifestação da recorrente, motivo pelo qual foi desclassificada, mesmo invocando tempestivamente o item 5.33 do Edital;
- e) Não havendo reconsideração, seja o presente recurso remetido à autoridade hierarquicamente superior, a fim de que seja reformada a decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora do certame.

Pede e aguarda Deferimento.

Nova Iguaçu, 07 de fevereiro de 2024.

LUIZ CLÁUDIO BABO TORRES
SÓCIO-ADMINISTRADOR
ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 14.625.837/0001-30

Fechar

PREFEITURA DE MARICÁ
3756/2024
08/02/24
06

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ****Processo Nº 6311/2021
Pregão Eletrônico 40/2023****PREFEITURA DE MARICÁ**
Nº 3736/2024
Data 08/02/24
Fis. 07

ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.625.837/0001-30, com sede na Rua José Alvarez, nº 19, Lote 33, Bairro da Luz, Nova Iguaçu – RJ, CEP 26255- 560, representada por seu sócio LUIZ CLÁUDIO BABO TORRES, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa, com fundamento nos artigos 109, inciso I, a, da Lei 8.666/93; 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002; Art.11, XVII, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do ato administrativo que declarou a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA (CNPJ: 34.036.212/0001-40), inscrita vencedora do certame pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o processamento do presente recurso e, em caso de manutenção da decisão pela autoridade que a proferiu, requer a remessa do presente recurso à autoridade superior, para que proceda o seu julgamento.

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO**Processo Nº 6311/2021
Pregão Eletrônico 40/2023**

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do ilustríssimo senhor pregoeiro e equipe de apoio, a recorrente apresenta as razões pelas quais, no presente caso, demonstram que a decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA (CNPJ: 34.036.212/0001-40) não deve prosperar.

1. TEMPESTIVIDADE

É tempestiva a propositura do presente Recurso Administrativo, pois cumpre o prazo estabelecido. O instrumento convocatório estabelece em seu item 9.5.2, o prazo de 3 (três) dias úteis.

Desse modo, considerando que a sessão para manifestação do recurso foi realizada em 02/02/2024 (Sexta-feira), o prazo para apresentação das razões recursais vai até o dia 07/02/2024 (Quarta-feira), portanto, o presente recurso é tempestivo e merece ser conhecido.

Oportunamente, foi submetido recurso em formato .pdf para o email da CPL, haja vista que o sistema do Comprasnet não permite a inserção de imagens, gráficos e/ou elemento semelhante.

2. SÍNTESE FÁTICA

A empresa ora recorrente **ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** participou do processo licitatório em apreço, cujo objeto do edital previa contratação de empresa para

prestação de serviços de apoio administrativo, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 379 de 25 de maio de 2023, para as atividades de supervisor e inspetor de serviços, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e anexos.

Trata-se de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com critério pelo menor valor global.

Iniciada a licitação, realizou-se, no dia 28/12/2023, a sessão pública de abertura de propostas.

Aberta a sessão, a recorrente, restou desclassificada da disputa de lances, apresentando proposta para o objeto, no valor de **R\$ 3.668.768,64** (Três milhões, seiscentos e sessenta oito mil e setecentos e sessenta oito reais e sessenta e quatro centavos).

No entanto, como será demonstrado adiante, a empresa recorrida foi desclassificada, conforme chat: **"considerando a ausência de resposta, faremos a desclassificação da proposta"**. E, por consequência, a não adequação de proposta realinhada nos parâmetros exigidos.

Insta evidenciar que a Recorrente solicitou dilação de prazo com fulcro no item 5.33 do instrumento convocatório TEMPESTIVAMENTE, dispositivo este concedido a todas licitantes quando invocado. Motivo pelo qual, firme em suas convicções, a recorrente passar a expor as razões que fundamenta a sua pretensão recursal, nos termos avante.

3. RAZÕES DE DIREITO

3.1 DO CERCEAMENTO AO DIREITO DE DILAÇÃO E DA VIOLAÇÃO DA ISONOMIA

Às 10h04m51s do dia 01/02/2024 o pregoeiro informou em chat o tempo remanescente de 24(vinte e quatro minutos), isto é, **até às 10h28m00s para que a ECO RIO Comércio e Serviços Ltda enviasse a sua proposta readequada**, conforme conteúdo disponibilizado em ata.

Ocorre que às 10h25m36s, com o prazo ainda VIGENTE (a 3 minutos de encerrar), o pregoeiro DESCLASSIFICOU a ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA sob a alegação de "AUSÊNCIA DE RESPOSTA", sendo que esta recorrente MANIFESTOU o pedido de dilação conforme item 5.33 do instrumento convocatório às 10h21m05s; quando se tinha ainda 7(sete) minutos para encerrar o 1º prazo.

Conforme pode ser observado na ATA do certame, a narrativa dos fatos acima é cristalina e precisa em sua cronologia (ocorrência dos fatos).

Pregoeiro	01/02/2024 09:58:49	Prezados, bom dia! Em instantes daremos seguimento ao certame.
Pregoeiro	01/02/2024 10:02:36	Para ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA - Prezados, faremos novamente a convocação do anexo para o envio da proposta realinhada.
Sistema	01/02/2024 10:02:54	Senhor fornecedor ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.625.837/0001-30, o prazo para envio de anexo para o grupo G1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Sistema	01/02/2024 10:03:07	Senhor fornecedor ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.625.837/0001-30, solicite o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	01/02/2024 10:04:36	Para ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA - Registra-se que o tempo remanescentes do prazo contam 24 minutos.
Pregoeiro	01/02/2024 10:04:51	Para ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA - Caso haja necessidade de dilação do mesmo, conforme item 5.33, favor se manifestar.
14.625.837/0001-30	01/02/2024 10:21:05	Prezado Pregoeiro, haja vista a interrupção do expediente na data de ontem e amparados pelo item 5.33, solicitamos dilação do prazo para definitiva conclusão da solicitação.
Pregoeiro	01/02/2024 10:25:36	Para ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA - Considerando a ausência de resposta, faremos a desclassificação da proposta.

IMAGEM 1 – RECORTE DO CHAT DO PREGÃO 40/2023 E ACOSTADO EM ATA (disponível em www.comprasnet.gov.br – acesso em 07/02/2024)

3.2 DA SOLICITAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL SOBRE O MÓDULO 4 DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS

De forma exordial, o edital de licitação tem força de lei entre a administração pública e os participantes, e não é possível fazer novas exigências a não ser as previamente admitidas. Assim estabelece o artigo 41 da Lei 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Após o primeiro envio da proposta readequada conforme etapa de lances, o Pregoeiro solicitou a RETIFICAÇÃO DO MÓDULO 4, in verbis:

"Retificar o módulo 4 da planilha de custos. Conforme planilha anexa ao edital e modelo encaminhado para as empresas, a base de cálculo correta para esse módulo é "Total do Módulo 1 + Total do Módulo 2 + Total do Módulo 3" e não somente a remuneração;"

Irresignada com a solicitação acima, a recorrente SOLICITOU através do chat, campo específico para tal finalidade, a fundamentação legal para a incidência dos módulos 1, 2 e 3 em todo o módulo 4, haja vista desconhecer a metodologia informada pelo pregoeiro e por não haver nenhuma menção no instrumento convocatório.

Eis, portanto, os argumentos trazidos pelo pregoeiro que não configuram sequer fundamentações legais:

- 1) "a sua empresa poderia, durante a elaboração da mesma, realizar a análise comparativa com a planilha preenchida anexa ao edital e em caso de divergências, solicitar maiores esclarecimentos."
- 2) "acabamos de verificar que o modelo de planilha de custos está disponível para download no portal da transparência, com todas as fórmulas aplicadas."
- 3) "Conforme mencionado e demonstrado anteriormente nos resultados das análises já apresentados nas sessões passadas, **não existem determinações e documentos taxativos, mas sim boas práticas** a respeito do preenchimento da planilha de custos e formação de preços."
- 4) "Temos o conhecimento, adquirido através de diversos cursos de capacitação e de pesquisas em fóruns de discussão sobre o tema realizadas por esta comissão, de que **existem diversas metodologias aceitas** para alguns dos percentuais e pelo menos 3 metodologias de cálculo para a base (BCCPA) do submódulo 4.1 (utilizando somente o módulo 1, a fórmula mód 1 + mód 2 (exceto 2.3) + mód 3 ou a fórmula mód 1 + mód 2 + mód 3)."
- 5) "Tendo em vista que o substituto tem direito a todos os encargos estabelecidos nos módulos anteriores, entendemos ser mais coerente e aplicamos a metodologia que utiliza os mesmos como base."
- 6) "E ainda, nesse sentido, é de suma importância considerar a **discricionariedade da administração acerca de determinados temas no que tange a estabelecer critérios** que garantam a segurança na execução do serviço."

Observadas as respostas acima, todas ausentes de fundamentação legal, esta recorrente apresenta o que é dever e saber de todo agente público:

"Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 40. **O edital conterà** no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

(Revogado)

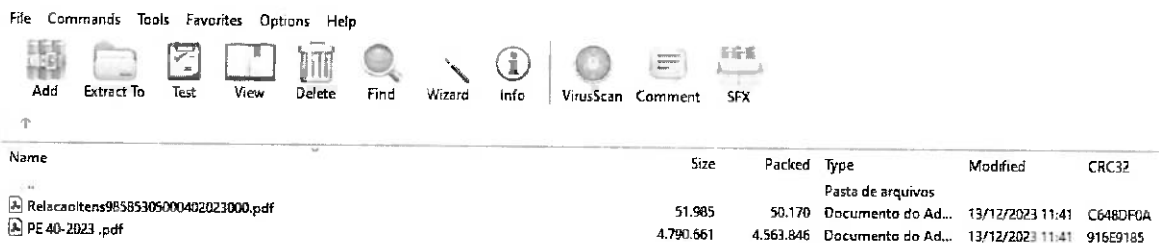
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação." (GRIFO NOSSO)

Sob a ótica de que **poderia a licitante comparar planilhas**, a mesma não prospera, pois não há indicação específica ou peculiar do método, assim como não há disposição clara e parâmetros objetivos. Importante destacar que apenas a regra dos 8,33% referente ao Custo de Reposição de Férias no subitem 4.1 atendeu aos critérios dispostos na lei. Portanto, se há critério definido pelo Município, que o mesmo esteja especificado ou indicado vide sua PECULIARIDADE. Em suma, cumpre esclarecer que esta recorrente atua em conformidade com as exigências fixadas no Edital, **o que não se confunde com proatividade, cujo comportamento é visto como diferencial subjetivo.**

Sob tal ponto de vista, de que a planilha modelo consta no Portal de Transparência do Município, lamentamos informar, mas a Planilha modelo em formato excel não consta no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). Há portanto publicidade seletiva, conveniente e frágil, já que não há o mesmo padrão de publicidade do instrumento convocatório nos Portais Oficiais de Governo. Imperioso reiterar que o modelo serve APENAS para fins de PADRONIZAÇÃO DO ITEM, JAMAIS OS CUSTOS INSERIDOS que são próprios de cada licitante.



Name	Size	Packed	Type	Modified	CRC32
Relacaotens98585305000402023000.pdf	51.985	50.170	Documento do Ad...	13/12/2023 11:41	C648DF0A
PE 40-2023 .pdf	4.790.661	4.563.846	Documento do Ad...	13/12/2023 11:41	915E9185

IMAGEM 2 – RELATÓRIO DE DOWNLOAD DISPONIBILIZADO PELO COMPRANET (disponível em www.comprasnet.gov.br – acesso em 07/02/2024)

Sob a argumentação de que diversos cursos realizados proporcionaram capacitação pra temática e que há 3(três) metodologias, não deve prosperar, pois não há dispositivo legal que aponte para tal direção. O princípio basilar do direito administrativo é o princípio da legalidade, que **vincula a administração às leis existentes** e a submete ao controle jurisdicional para exame da observância das leis no exercício da sua competência. Conforme Maurer (2006, 140), "a vinculação do direito torna as autoridades administrativas órgãos efetuidores da lei, e, com isso aplicadores do direito."

Acerca da discricionariedade da administração, faz-se necessário reiterar que a discricionariedade da Administração Pública nas licitações verifica-se essencialmente **na fase interna da licitação, quando da elaboração do edital**, pois, após a publicação deste, a conduta da Administração **fica limitada pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, ou seja, está vinculada às normas e às condições do edital.

Ademais, um dos primeiros momentos em que se observa a discricionariedade administrativa na fase interna da licitação é quando a Administração define a modalidade e o tipo de licitação. Outro momento importante na elaboração do edital e talvez aquele no qual a Administração mais se utiliza do seu poder discricionário corresponde à etapa de **estabelecimento dos critérios de habilitação**. Jamais confundir com o julgamento da habilitação.

Ainda sob a alegação de que o substituto tem direito a todos os encargos estabelecidos nos módulos 1, 2 e 3, não é de difícil entendimento, por exemplo, que os benefícios mensais (Módulo 2) já são computados para o exercício de 12(doze) meses, tanto para o primeiro ano de contrato e suas sucessivas renovações nos limites da lei. Portanto, não restam dúvidas que o titular em férias não recebe Vale Transporte e Vale Refeição, sendo estes custos, já previstos, repassados ao profissional de reposição. Ainda assim, não é de responsabilidade da Contratante os custos com rescisão do profissional que realiza a cobertura de Férias. Seria o mesmo que dizer que os Repositores são parte integrante do dimensionamento de postos a serem efetivamente contratados – e não são! Totalmente contrário a este entendimento, sugere, portanto, o pregoeiro que as licitantes ofereçam custos “dobrados”, cuja prática configura matematicamente o *bis in idem*.

4. DOS PEDIDOS


Diante dos fatos narrados e nas razões de direito expendidas, a Recorrente requer ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro:

- a) Seja recebido o presente recurso;
- b) O Sr.Pregoeiro reconsidere sua decisão reformando a decisão que declarou a empresa TIME MULTISSERVIÇOS LTDA vencedora do certame;
- c) Seja apresentado pelo Sr.Pregoeiro a fundamentação legal sobre o método de cálculo do módulo 4, além de demonstrar onde consta a regra no instrumento convocatório, conforme art. 40, VII e XVII da Lei 8666/93 para verificação da veracidade das informações contábeis escrituradas pela Recorrida;
- d) Seja reconsiderada a decisão de ausência de manifestação da recorrente, motivo pelo qual foi desclassificada, mesmo invocando tempestivamente o item 5.33 do Edital;
- e) Não havendo reconsideração, seja o presente recurso remetido à autoridade hierarquicamente superior, a fim de que seja reformada a decisão administrativa que declarou a Recorrida vencedora do certame.

Pede e aguarda Deferimento.

Nova Iguaçu, 07 de fevereiro de 2024.

14.625.837/0001-30
ECO RIO COMÉRCIO
E SERVIÇOS LTDA.
Rua José Alvarez, 19 Lote 33
Da Luz - CEP: 26.255-560
NOVA IGUAÇU - RJ


ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 14.625.837/0001-30
LUIZ CLÁUDIO BABO TORRES
SÓCIO-ADMINISTRADOR